

FAACZ – FACULDADES INTEGRADAS DE ARACRUZ

**ANDRESSA MEIRELES MODENESI
DÊNERTON ALVES LAGE
MÁRCIO DE SOUZA DO ROSÁRIO**

**A RELEVÂNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS AOS
GESTORES PARA AS TOMADAS DE DECISÃO NAS
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS.**

**ARACRUZ
2021**

ANDRESSA MEIRELES MODENESI
DÊNERTON ALVES LAGE
MÁRCIO DE SOUZA DO ROSÁRIO

A RELEVÂNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS AOS GESTORES
NAS TOMADAS DE DECISÃO NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Projeto de Artigo Científico
apresentado à disciplina Projeto
Integrador VII - Trabalho de
Conclusão de Curso, das
Faculdades Integradas de Aracruz,
Curso de Ciências Contábeis.
Prof. Orientador - MSC. Izaque
Vieira Ribeiro

ARACRUZ
2021

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	7
2.1 Caracterizando as Pequenas e Médias Empresas.	7
2.2 As principais Demonstrações Contábeis para análise financeira das Pequenas e Médias Empresas.	9
2.3 Principais Indicadores para análise das demonstrações contábeis no suporte gerencial nas PME's.....	13
2.3.1 Análise Horizontal E Análise Vertical.....	14
2.3.2 Análise A Partir De Indicadores	15
2.4 A aplicabilidade dos indicadores na gestão de PM empresas.	19
3 METODOLOGIA	23
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30
ANEXOS	32

1. INTRODUÇÃO

Uma empresa para ter longevidade no mercado e que se mantém competitiva precisa ter planejamento, estar ciente de sua estrutura patrimonial e dispor de ferramentas que facilitem os gestores nas tomadas de decisões. Neste contexto, uma das principais ferramentas para alcance desses objetivos são as demonstrações contábeis, que uma vez analisadas de forma conveniente, se tornam instrumentos relevantes para direcionar os gestores em suas ações.

Através da Análise das Demonstrações Contábeis, é possível avaliar o desempenho da gestão econômica, financeira e patrimonial da empresa quanto aos períodos passados, confrontando-o ou não com metas ou diretrizes preestabelecidas. É possível ainda realizar comparações com as tendências regionais ou dos segmentos em que a empresa esteja inserida, determinando também as perspectivas futuras de rentabilidade ou continuidade dos negócios, possibilitando aos gestores tomarem decisões de financiamentos e investimentos. SILVA (2019, p. 04).

A contabilidade, de forma explicativa, apresenta a situação patrimonial das organizações e as demonstrações auxiliam os gestores a fazerem comparações com a situação real da mesma e a do mercado. Vale ressaltar que outros agentes da sociedade também podem fazer uso da contabilidade de forma a se orientarem.

Assim, este artigo dará enfoque a eficácia das demonstrações no auxílio aos gestores. O tema deste abordará **as demonstrações contábeis como ferramentas estratégicas para os gestores nas tomadas de decisão nas Pequenas e Médias empresas.**

A NBC TG 1000, aprovada pela resolução CFC no 1.255/2009, na qual, aborda sobre as demonstrações Contábeis para Pequenas e Médias Empresas, traz a definição de PME's como sendo:

- a) não têm obrigação pública de prestação de contas; e
- b) elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos. Exemplos de usuários externos incluem proprietários que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais, e agências de avaliação de crédito.

A utilização das demonstrações contábeis de PME's é relevante para todos os usuários, tais como, bancos, fornecedores, sócios, funcionários, o Estado e a sociedade se utilizam dessa importante ferramenta contábil.

A seção 2.2 da NBC TG 1000, defini o objetivo das demonstrações contábeis aplicadas as PME's com:

O objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas é oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (resultado e resultado abrangente) e fluxos de caixa da entidade, que é útil para a tomada de decisão por vasta gama de usuários que não está em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação.

O presente trabalho possui como problema de pesquisa: **como as demonstrações contábeis poderão ser utilizadas como ferramentas estratégicas para a tomadas de decisão dos gestores de Pequenas e Médias empresas?**

No Brasil, quando o assunto é gestão, as formações superiores em contabilidade perderam espaço para as engenharias, direito, áreas da saúde, podendo acarretar problemas na tomada de decisão. (UCS, 2020).¹

Este artigo tem como objetivo geral mostrar como as demonstrações contábeis poderão ser utilizadas como ferramentas estratégicas para a tomadas de decisão dos gestores de Pequenas e Médias empresas.

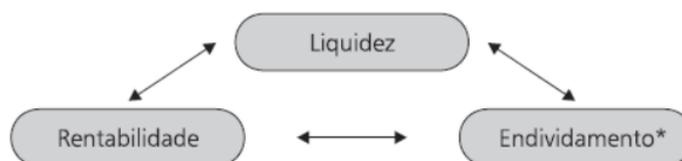
A partir da análise das demonstrações contábeis se torna possível evidenciar e confrontar informações e elementos patrimoniais de uma organização, evidenciando assim aspectos relativos à realidade econômica e patrimonial da empresa, fatores esses que faz com que aperfeiçoem as ações da empresa de maneira estratégica para possíveis tomadas de decisões, apresentando dados esclarecedores aos seus usuários sobre a sua situação atual.

Reconhecer e saber utilizar as informações contábeis são partes iniciais do processo de análise, porém, outros pontos precisam serem observados. Para MARION (2019, p. 01), “só teremos condições de conhecer a situação econômico-financeira de uma empresa por meio dos três pontos fundamentais de análise: Liquidez (Situação Fina

¹ UCS refere-se ao site <https://ead.ucs.br/blog/cursos-superiores-mais-procurados>

nceira), Rentabilidade (Situação Econômica) e Endividamento (Estrutura de Capital)”.

Figura 1.1: Tripé da análise



Fonte: MARION, 2019, p. 1

A partir desta premissa foram estabelecidos alguns objetivos específicos para que seja desenvolvida uma análise com maior confiabilidade, na qual, aborde parâmetros inerentes e necessários para uma análise econômico-financeiro a um negócio empresarial.

Objetivos específicos:

1. **Caracterizar pequenas e médias empresas.**
2. **Identificar os principais DC para análise financeira.**
3. **Identificar os principais indicadores de desempenho financeiro para suporte gerencial.**
4. **Demonstrar a aplicabilidade destes indicadores na gestão de PM empresas.**

De acordo com SANTOS E VEIGA (2014, p. 7), conforme citado por CASSARO E SANTOS (2016, p4):

As micro, pequenas e médias empresas, para os próximos anos, têm muitos desafios. Isto pode ser demonstrado pelo número de empresas que encerram suas atividades anualmente no Brasil. Essas empresas encerram suas atividades por vários motivos, desde a falta de uma gestão gerencial adequada, falta ou dificuldade de obter crédito das instituições financeiras, problemas de ordem fiscal ou tributária, à falta de preparo dos gestores.

Para metodologia foi usado a pesquisa bibliográfica de artigos, monografias e livros baseados em autores como: MARION (2008), Assaf Neto (2008), Martins,

Miranda e Diniz (2020) e Silva (2019) que são autores estudados pelo discentes na matéria de Análise das Demonstrações Contábeis do curso de ciências contábeis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O Referencial teórico ampara conceitos de assuntos, termos, formulas que serão explicitas no artigo. O mesmo é a realizado baseando-se em informações de estudos levantados por autores, pesquisas de campo sendo possível um leigo(a) a interpretação do conteúdo, sem ao mesmo consultar informações externa para melhor interpretação.

2.1 Caracterizando as Pequenas e Médias Empresas.

Tal abordagem oferece melhor embasamento e associação do tema com a atualidade, enfatizando suas principais características socioeconômicas, sendo de total relevância um resumo de discussões realizadas por autoridades legais, autores, órgãos governamentais sobre as PMEs.

As Pequenas e Médias Empresas (PMEs), são negócios que possuem um porte reduzido, tanto de acordo com o seu faturamento quanto pelo seu número de funcionários. A maioria dos empreendimentos abertos no Brasil se encaixam nesta categoria.

É habitual que esses negócios sejam familiares e tenham uma estrutura reduzida. Entretanto, isto não é uma regra. Ainda assim, para se enquadrar neste grupo é preciso cumprir alguns requisitos específicos, em especial o faturamento. Para ser enquadrada nas Pequenas Empresas podem ter seu faturamento Maior que R\$ 360 mil e menor ou igual a R\$ 4,8 milhões, Já nas Médias Empresas, seu faturamento deve Maior que R\$ 4,8 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões.

O SEBRAE (2013) classifica as empresas pelo seu porte, conforme o número de pessoas ocupadas na empresa: Empresas Pequenas de 10 a 49 pessoas para Serviço e/ou Comércio, de 20 a 99 pessoas para indústria, já nas médias empresas de 50 a 99 pessoas para serviço e/ou comércio e de 100 a 499 pessoas para indústria.

As Pequenas e Médias Empresas oferecem uma significativa contribuição na economia brasileira e mundial, haja vista que, além de produzirem bens e serviços e absorverem uma considerável soma de mão de obra, estimulam a competição entre as empresas, possuem a capacidade de inovação e apresentam um enorme potencial de crescimento.

As PMEs estarão elecandas em um melhor controle oportunizando equilíbrio

financeiro e como resultado, uma análise aprimorada dos custos e do destino da organização com dados reais, auxiliando na decisão com bases científicas e de informações com dados reais, escapando do amadorismo empresarial.

O objetivo das demonstrações contábeis das Pequenas e Médias Empresas é prestar informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho operacional (resultado) e o fluxo de caixa, favorável para a tomada de decisão. As demonstrações contábeis também trazem os resultados da diligência e da responsabilidade da administração pelos recursos a ela confiados.

Um estudo do Sebrae (2017), apontam que aproximadamente 50,6 milhões de pessoas trabalham ou devem sua renda de alguma forma a PME's. Esse número não abrange apenas os funcionários contratados em regime CLT, mas conta também: Empresários com funcionários; trabalhadores autônomos; familiares destas pessoas; e empregados sem carteira assinada.

Ainda segundo o Sebrae (2017), ao todo, são cerca de 26 milhões de empreendedores e 24,7 milhões de trabalhadores, tenham eles carteira assinada ou não, isto quer dizer que a maior parte da população, em especial a que atua na iniciativa privada, deve sua renda aos pequenos e médios negócios. São 54% da massa salarial.

Então, por mais que estas empresas ofereçam ações na bolsa, é importante conhecer suas características enquanto investidor já que boa parte do PIB nacional passa, de uma forma ou de outra, por esse tipo de negócio.

De acordo, com a lei complementar nº 123/2006, as normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere: à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias:

- ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;
- ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão;
- ao cadastro nacional único de contribuintes a que se refere o inciso IV do parágrafo único do art. 146, in fine, da

Constituição Federal.

Uma característica das PME's é sua estrutura menor, permitindo observar melhores oportunidades que possam modificar sua configuração de modo mais fácil que as grandes empresas, além disso, seu entrosamento com seu público interno e externo é mais simplificado.

Com uma quantidade reduzida de funcionários os gestores das empresas conseguem observar com mais exatidão os padrões comportamentais e as necessidades de seus colaboradores.

Por fim, especificamente no caso das Pequenas e Médias Empresas, a possibilidade de aderir ao Simples Nacional é uma grande vantagem. Com ele, é possível fazer o recolhimento mensal do IRPJ, IPI, CSLL, COFINS, PIS/Pasep, CPP, ICMS e ISS em um documento único de arrecadação.

Não apenas o pagamento dos tributos, mas o cálculo deles é simplificado nesse regime tributário, facilitando com a qual os negócios de maior porte não contam. Entretanto, algumas empresas não se enquadram nas PME's, Bancos, cooperativas de crédito, seguradoras, Fundos mútuos e bancos de investimento.

2.2 As principais Demonstrações Contábeis para análise financeira das Pequenas e Médias Empresas.

Administrar uma organização, mesmo sendo ela pequena, é um grande desafio para qualquer empreendedor, principalmente em tempos de crises financeiras. Para isso, o bom administrador deve-se equipar de todas as ferramentas possíveis para não ser pego de surpresa em momentos difíceis.

Assim, um verdadeiro empresário deve conhecer cada detalhe de todas as operações envolvidas dentro de sua organização, pois não há outra maneira para se conseguir enxergar os pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades no negócio pretendido.

As principais ferramentas contábeis são: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Notas Explicativas (NE); sendo as três primeiras obrigatórias para Micro Empresa e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Resolução n. 1.418, de 05 de dezembro de 2012.

Segundo SCHULTZ (2018), o balanço patrimonial é o relatório criado com o intuito de representar o resultado de todos os movimentos financeiros de uma companhia após um determinado período que, geralmente, é de 1 ano.

Este registro apresenta todos os bens, investimentos e fontes de recurso. É uma análise da saúde financeira do seu negócio, detectando se ele está no momento ideal para inovar e investir, ou pisar no freio e cortar gastos. Outra demonstração contábil importante para o gestor é a DRE – Demonstração do Resultado do Exercício. Segundo TORRES (2021), DRE é um relatório contábil que evidencia se as operações de uma empresa estão gerando um lucro ou prejuízo, considerando um determinado período de tempo.

A lei 6.404/76 diz que o relatório é obrigatório para todas as empresas, exceto o MEI, e deve ser feito anualmente (após o encerramento do ano-calendário, que é o período compreendido entre janeiro e dezembro de um mesmo ano). A DRE confronta os dados das receitas e das despesas do negócio, mostrando o resultado líquido do seu desempenho e detalhando a real situação operacional deste.

Ademais, a ferramenta em questão pode ser utilizada como relatório gerencial, que fará uma análise da saúde financeira da empresa. As informações poderão ser utilizadas para tomada de decisões que reduzirão gastos e farão o empreendimento faturar mais.

Segundo Silva (2019, p. 49), a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) deverá evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operações da entidade”. Portanto, será responsável por medir o desempenho financeiro, sendo de suma importância até para as menores empresas.

Martins *et al.* (2013) destacam a DRE como sendo a síntese das transações realizadas pela entidade, demonstradas de modo que o resultado líquido daquele período fique evidenciado, com a inclusão das receitas e despesas realizadas.

O art. 187 da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Lei das Sociedades por Ações –, que também se aplica, nesse caso, às MPEs, trata de três pontos fundamentais para a confecção da DRE, *in verbis*:

Art. 187. A demonstração do resultado do exercício discriminará: I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos; II - a receita líquida das vendas e

serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto; III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais; [...].

Outro relatório importante para análise contábil são as Notas Explicativas, que de acordo Silva(2019, p. 68), “as notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e devem divulgar as informações necessárias à adequada compreensão dos respectivos demonstrativos.”

Outra importante ferramenta disponível para utilização das pequenas e médias empresas é a DFC, que significa Demonstração do Fluxo de Caixa. Segundo a Lei 11.638/07, a partir do seu artigo 188, considera que a DFC é um relatório de contabilidade que pretende mostrar as entradas e saídas de dinheiro do caixa de uma empresa e quais foram os resultados desse fluxo. Esta demonstração também ajuda entender e analisar a capacidade de uma empresa de gerar caixa e equivalentes de caixa em um determinado período, por meio dos seus pagamentos e recebimentos em dinheiro.

Para SILVA (2019, p.55), “[...] a base para a elaboração da DFC é o regime de caixa, onde são levados em conta os efetivos ingressos e desembolsos de recursos na empresa, não apenas os decorrentes das receitas e despesas, mas de todas as origens e aplicações de recursos.”

A elaboração da DFC é obrigatória para diversos tipos de empresas. Para as sociedades de capital aberto ou com patrimônio líquido superior a R\$ 2 milhões, a obrigatoriedade foi determinada pela lei nº 11.638/2007, que entrou em vigor em 2008. Já para as Pequenas e Médias Empresas (PMEs), a determinação está na NBC TG 1000.

Não menos importante, tem-se a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) que segundo Silva (2019, p.62) é o informe contábil que evidencia, de forma sintética, os valores correspondentes à formação da riqueza gerada pela empresa em determinado período e sua respectiva distribuição.

Em que tese tal ferramenta ser bem utilizada para empresas de grande porte, o mesmo não se pode dizer de sua efetiva utilização para as empresas de pequeno porte, o que não significa que não possa ser utilizada, ficando a critério do gestor.

Empresas de pequeno porte não possui capital aberto, e é por isso, que a DVA, por lei, não é obrigatória para esse tipo de negócio. O mesmo raciocínio se

aplica a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, que tem como objetivo gerenciar os recursos do seu patrimônio líquido, como o próprio nome já diz.

Em tese todo o exposto, vale salientar que não apenas as empresas de grande porte precisam controlar seu patrimônio líquido, pequenos e médios empreendimentos também devem fazê-lo, o que auxilia no seu desenvolvimento e fortalecimento junto ao mercado. Além das demonstrações até aqui expostas, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido se trata de um tipo de relatório contábil, onde constam informações sobre o patrimônio corporativo². Esta demonstração substituiu a Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA). Vale ressaltar que fazer a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido não é obrigatório, no entanto, as empresas de capital aberto precisam apresentá-la, segundo determina a instrução n. 59/1986.

Já a DLPA é a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, que conforme Reis² (2019) informa é utilizada para mostrar as mudanças que ocorreram no Patrimônio Líquido no período e onde ele foi aplicado. Estas mutações patrimoniais podem ser aumento do lucro ou do prejuízo acumulado da empresa. Assim, esta obrigação acessória é importante para visualizar mudanças no patrimônio de uma empresa ou organização.

Basicamente, a DLPA mostra um comparativo entre o saldo anterior e o final do lucro da empresa, funcionando como um mapa que demonstra a origem do recurso, bem como a sua aplicação ao longo do exercício. Na prática, os dados da DLPA se originam da integração entre o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados do Exercício (DRE).

Por isso, na DLPA devem constar, obrigatoriamente, alguns tópicos, como: saldo inicial de lucros ou prejuízos, com os devidos ajustes nos exercícios anteriores; o pagamento de dividendos e demais modalidades de distribuição de lucros; o montante de lucro que tiver sido incorporado ao capital do negócio; a ocorrência de alguma mudança na contabilidade que afete os lucros e prejuízos; e o saldo final de lucros ou prejuízos acumulados do período.

² Encontrado no Site: <https://www.suno.com.br/artigos/dlpa/>

2.3 Principais Indicadores para análise das demonstrações contábeis no suporte gerencial nas PME's.

Com o foco em apresentar instrumentos possíveis para gestores de pequenas e médias empresas desenvolverem tomadas de decisão de forma mais assertiva, ocasionando sobretudo, crescimento e solidificação no mercado, faz-se necessário entender quais indicadores mais se adequam as PME's, sendo que, existem relatórios financeiros que destinam-se apenas às empresas de capital aberto.

Segundo SILVA (2019, p. 09), “[...] os indicadores mais utilizados pelas PMEs destacam-se: crescimento das vendas; custos e despesas variáveis; margem de lucro líquido; endividamento da empresa; margem de lucro; prazo de retorno do investimento”.

Vale resaltar, a existência de pesquisas que relatam o crescimento de Pequenas e Médias empresas devida a utilização dos indicadores financeiros, de acordo com SILVA (2019, p.09):

Estudo elaborado anualmente pela consultoria Deloitte tem constatado que entre as pequenas e médias empresas (PMEs) que mais crescem no Brasil, aproximadamente 90% delas utilizam algum indicador de análise financeira em seus processos de gestão, demonstrando assim que análise de balanços não é uma ferramenta aplicável somente às grandes empresas.

SILVA (2019, p.35) “retrata que conceitos sobre a qualidade das informações contábeis estão contidas na Resolução CFC no 1.255/2009, na qual, aprovou a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, onde são listadas no CPC PME (R1) as características qualitativas de informação em demonstrações contábeis”.

São elas:

a) Compreensibilidade – Para (MARTINS et al, 2018), esta é uma qualidade essencial das informações apresentadas nas demonstrações contábeis é que elas sejam prontamente entendidas pelos usuários.

b) Relevância - Para serem úteis, as informações devem ser relevantes às necessidades dos usuários na tomada de decisões. (MARTINS et al, 2018).

c) Materialidade - A informação é material se a sua omissão ou sua divulgação

distorcida (*misstating*) puder influenciar decisões que os usuários tomam com base na informação contábil-financeira acerca de entidade específica que reporta a informação. (SILVA, 2019).

d) Confiabilidade - Para ser considerada confiável a informação contábil precisa estar revestida de neutralidade, não conter vícios, desvios ou erros substanciais e representar a contento o fato contábil a que se propõe. (Simples Nacional, 2017).

e) Primazia da essência sobre a forma - Para que a informação represente fidedignamente as transações e outros eventos que ela se propõe a representar, necessário que essas transações e eventos sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal. (MARTINS et al, 2018).

f) Integralidade - A informação contábil precisa ser a mais completa possível, qualquer omissão pode tornar a informação imprestável, enganosa, dotá-la de viés, ou prejudicar a sua relevância. (Simples Nacional, 2017)

g) Comparabilidade - Os usuários devem poder comparar as demonstrações contábeis de uma entidade ao longo do tempo, a fim de identificar tendências na sua posição patrimonial e financeira e no seu desempenho. (MARTINS et al, 2018)..

h) Tempestividade - significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões. (MARTINS et al, 2018).

i) Equilíbrio entre Custo e Benefício - Determina que o custo ou esforço para gerar uma informação contábil não pode ser maior do que os benefícios gerados pela informação (Simples Nacional, 2017).

Neste ponto, MARION (2019) evidencia como necessário para se conhecer a situação econômica-financeira de uma empresa três pontos fundamentais de análise: Liquidez (Situação Financeira), Rentabilidade (Situação Econômica) e Endividamento (Estrutura de Capital).

2.3.1 Análise Horizontal E Análise Vertical

Antes de se aplicar os indicadores, a metodologia de análise horizontal e vertical servirá como um fase de preparação, dando preferência à demonstração apenas as contas mais relevantes dentro dos respectivos grupos patrimoniais ou

de resultado. Para SILVA (2019, p.121):

A análise horizontal e vertical é a forma mais comum de expressar a Análise de Demonstrações Contábeis, pois, apesar de sua simplicidade, elas irão destacar as variações mais importantes no Balanço Patrimonial, na Demonstração de Resultado do Exercício, além das demais demonstrações.

A análise Horizontal esta baseada na evolução das contas quando observadas no decorrer dos anos. É possível identificar as mudanças ocorridas nos saldos, porém sem acompanhar a explicação de tal mudança. Os resultados podem ser evolutivos ou retrospectivos. Essa técnica é importante por ajudar na construção de uma série histórica ou para estudos de tendências de determinadas contas patrimoniais.

A análise Vertical por sua vez está voltada para analisar a estrutura das demonstrações, por possibilitar identificar o peso que cada conta tem em relação ao conjunto de contas que está inserida, seja o balanço patrimonial (BP) ou da demonstração do resultado do exercício (DRE).

2.3.2 Análise A Partir De Indicadores

A) INDICADORES DE LIQUIDEZ

Neste artigo não foi citado sobre a análise de liquidez para as PMEs, porém por serem de simples abordagem mas que são requeridos conhecimentos básicos do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado do Exercício, iremos expor sua funcionalidade. Segundo Marion (2019, p.81):

São utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos. Essa capacidade de pagamento pode ser avaliada, considerando: *longo prazo, curto prazo* ou *prazo imediato*.

Para uma apresentação conforme o grau de liquidez, em primeiro se encontra a Liquidez imediata, que considera os recursos que a empresa possui que se transformam em dinheiro o mais rápido possível, tais como, caixa, bancos, aplicações de curto prazo. Conforme Marion a fórmula é:

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponibilidades (caixa+banco+aplicações de curtíssimo prazo)}}{\text{Passivo Circulante (Pc)}}$$

Para efeito de análise, é um índice sem muito realce, pois relacionamos dinheiro disponível com valores, que vencerão em datas as mais variadas possível, embora a curto prazo. [...] temos contas que vencerão daqui a cinco ou dez dias, como temos também as que vencerão daqui a 360 dias. MARION (2019, p. 81).

Para saber a capacidade de pagamento que a empresa possui a curto prazo, conhecida como liquidez corrente, Marion, 2019, sugere a formula:

$$\text{Liquidez Corrente (LC)} = \frac{\text{Ativo Circulante (AC}^3\text{)}}{\text{Passivo Circulante (PC}^4\text{)}}$$

Alguns pontos quanto a liquidez corrente necessitam de destaque, o primeiro é que o índice não revela a qualidade dos itens no ativo circulante, tais como, o real valor dos estoques e a garantia de recebimento dos títulos a receber.

O segundo é sobre a sincronização de recebimento e pagamento, na qual, não se sabe se os recebimentos ocorrerão a tempo de pagar os vencimentos. E o terceiro se diz exatamente sobre os estoques que são avaliados pelo custo histórico sendo que o seu valor de mercado, ou venda, pode estar acima do registrado no Balanço Patrimonial.

Outro índice de Liquidez de curto prazo é de liquidez seca, que desconsidera em seu calculo o valor do estoque, supondo uma eventual paralização nas vendas ou o estoque se tornando obsoleto. O resultado demonstra a capacidade de pagamento referente às outras contas do ativo circulante. Segundo MARION, 2019, a fórmula é:

$$\text{Liquidez Seca (LS)} = \frac{\text{Ativo Circulante (AC)} - \text{Estoque}}{\text{Passivo Circulante (AC)}}$$

O ultimo índice e o que considera a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, é o índice de Liquidez Geral. Para Marion mostra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, considerando tudo o que ela converterá em

³ AC – Representa o total de ativo circulante encontrado no balanço patrimonial.

⁴ PC - Representa o total de Passivo circulante encontrado no balanço patrimonial.

dinheiro (a curto e longo prazo), relacionando com tudo o que já assumiu como dívida (a curto e longo prazo). É encontrado pela fórmula:

$$\text{Liquidez Geral (LG)} = \frac{(AC^5 + RLP)}{(PC + ELP)}$$

B) ENDIVIDAMENTO

Primeiramente, para adentrarmos sobre o endividamento de uma empresa, abordaremos o conceito do Grau de endividamento, que conforme SILVA (2019, p.150) os Capitais de Terceiros que compreendem o somatório do Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, representando, portanto, o endividamento da empresa.

E de acordo com SILVA (2019, p.150) sua formula se dá pela equação:

$$\text{Grau de Endiviamento} = \frac{\text{Capital de Terceiros (PC + ELP}^6)}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

* Quanto menor for esse percentual melhor para a empresa.

Outro ponto importante é sobre a Composição do endividamento, que conforme SILVA (2019, P.151) se dá pela fórmula:

$$\text{Composição do Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante (PC)}}{\text{Capital de Terceiros (PC + ELP)}} \times 100$$

* Quanto menor for esse percentual melhor para a empresa.

C) LUCRATIVIDADE

Margem de Lucro Bruto

De forma básica, a margem de lucro é um indicador financeiro muito utilizado para avaliar a saúde financeira da empresa. Ele se trata do percentual obtido da relação entre o lucro bruto e a receita total. Em outras palavras, ela é a porcentagem do preço de um produto ou serviço que corresponde ao lucro do negócio. (Contabeis, 2020)

⁶ ELP - Exigível de Longo prazo

Basicamente, o lucro bruto pode ser considerado a diferença entre o seu faturamento obtido com as vendas dos produtos e serviços e os custos empresariais. A partir dessa informação, você já saberá qual a real situação do seu negócio. Contabeis, (2020).

Segundo Contabeis, 2020, para entendermos melhor, o cálculo da margem de lucro é feito por meio de uma fórmula simples:

$$\textit{Margem de Lucro} = \frac{\textit{Lucro bruto}}{\textit{Receitas Totais}} \times 100$$

Margem de Lucro Líquido

Já a margem líquida, calculada a partir do lucro líquido, mostra o quanto a empresa lucra de verdade para cada real que entra como receita no seu caixa. Ou seja, aqui é preciso subtrair do lucro bruto todas as despesas operacionais e não-operacionais da organização. O que sobrar será o lucro líquido. (Aleixo, 2017)

Ela é importante para entender se uma empresa tem lucro e qual é o valor desse lucro. Para calcular a margem líquida, o empreendedor deverá subtrair as despesas operacionais e não operacionais incidentes no negócio. (aleixo, 2017)

$$\textit{Margem Líquida} = \frac{\textit{Lucro Líquido}}{\textit{Receita Total}} \times 100$$

Prazo de retorno do investimento

O PRI é um indicador de atratividade do negócio, pois mostra o tempo necessário para que o empreendedor recupere tudo o que investiu. é obtido sob a forma de unidade de tempo e consiste, basicamente, numa modalidade de cálculo inversa à da rentabilidade. (SEBRAE, 2018). Conforme SEBRAE, 2018, a fórmula para calcular se dá pela divisão:

$$\textit{Prazo de Retorno do Investimento} = \frac{\textit{Investimento Total}}{\textit{Lucro Líquido}}$$

O resultado mostrará a quantidade de anos que a empresa recuperará o investimento inicial realizado.

Rentabilidade

Para RAMOS (2015), a rentabilidade avalia o retorno sobre o investimento.

Dessa forma, diferente da lucratividade (que avalia o lucro sobre a venda), a rentabilidade, avalia a remuneração (retorno) do investimento na empresa.

Seu valor é encontrado pela equação:

$$\text{Rentabilidade} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Investimento}} \times 100$$

Segundo o SEBRAE (2008), a rentabilidade esperada para uma micro e pequena empresa, é de 2% a 4% ao mês sobre o valor do investimento. É interessante avaliar o tempo que o investimento levará para dar retorno.

TABELA 1 – TABELA COM OS INDICADORES INDICADOS NO ARTIGO.

VARIÁVEL			MENSURAÇÃO
Liquidez imediata	LI	Capacidade de pagamento das dívidas de forma imediata.	$LI = \frac{\text{Disponibilidades (caixa + banco + aplicações)}}{\text{Passivo Circulante (Pc)}}$
Liquidez Corrente	LC	Capacidade de pagamento das dívidas de forma imediata	$LC = \frac{\text{Ativo Circulante (Ac)}}{\text{Passivo Circulante (Pc)}}$
Liquidez Seca	LS	Capacidade de pagamento das dívidas de forma imediata	$LS = \frac{\text{Ativo Circulante (Ac)} - \text{Estoque}}{\text{Passivo Circulante (Ac)}}$
Liquidez Geral	LG	Capacidade de pagamento da empresa a longo prazo	$LG = \frac{(AC + RLP)}{(PC + ELP)}$
Grau de Endividamento	GE	Possibilidade de medir as dívidas em detrimento dos ganhos.	$GE = \frac{\text{Capital de Terceiros (PC + ELP}^7)}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$
Composição do Endividamento	LG	Permite conhecer a relação entre a dívida de curto prazo e a dívida total de uma companhia.	$CE = \frac{\text{Passivo Circulante (PC)}}{\text{Capital de Terceiros (PC + ELP)}} \times 100$
Margem de Lucro	ML	Apointa o percentagem da receita após todas as deduções.	$ML = \frac{\text{Lucro bruto}}{\text{Receitas Totais}} \times 100$
Margem Líquida	ML	Mostra o percentual de quanto a empresa lucra de verdade para cada real que entra como receita no seu caixa.	$\text{Margem Líquida} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Total}} \times 100$
Prazo de retorno do investimento	PRI	mostra o tempo necessário para que o empreendedor recupere tudo o que investiu.	$PRI = \frac{\text{Investimento Total}}{\text{Lucro Líquido}}$

Fonte: Elaborada pelos autores

2.4 A aplicabilidade dos indicadores na gestão de PM empresas.

Vale resaltar que de acordo com Silva (2019), estudos comprovam o crescimento considerável de PME'S que utilizam algum indicador financeiro em seu

⁷ ELP - Exigível de Longo prazo

processo de gestão. Neste artigo, propomos a aplicação de indicadores, à partir de dados hipotéticos⁸ obtidos da Empresa X, prestadora de serviços. Foi utilizado o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício da mesma, sendo dos anos de 2018, 2019 e 2020.

TABELA 2 – TABELA COM OS DADOS RETIRADOS DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DA EMPRESA X.

CONTAS	2018	2019	2020
<i>Disponibilidade</i>	R\$ 198.163,29	R\$ 161.359,93	R\$ 118.559,08
<i>Ativo Circulante</i>	R\$ 205.510,04	R\$ 166.103,25	R\$ 121.336,35
<i>Estoque</i>	R\$ 1.586,70	R\$ 731,64	R\$ 473,12
<i>Realizável a longo Prazo</i>	R\$ 6.167,55	R\$ 6.740,97	R\$ 27.793,10
<i>Investimento Total</i>	R\$ 40.879,52	R\$ 35.606,27	R\$ 35.809,18
<i>Passivo Circulante</i>	R\$ 89.752,62	R\$ 77.311,48	R\$ 53.853,19
<i>Exigível a longo prazo</i>	R\$ 61.982,76	R\$ 52.916,68	R\$ 57.845,59
<i>Capital de terceiros⁹</i>	R\$ 151.735,38	R\$ 130.228,16	R\$ 111.698,78
<i>Patrimônio Líquido</i>	R\$ 99.235,03	R\$ 77.490,69	R\$ 72.766,73
<i>Lucro Bruto</i>	R\$ 51.827,37	R\$ 82.807,09	R\$ 59.170,18
<i>Lucro Líquido</i>	(R\$ 2090,52)	R\$ 7.676,57	R\$ 723,14
<i>Receitas Totais</i>	R\$ 297.833,15	R\$ 299.687,15	R\$ 262.253,63

Fonte: Elaborada pelos autores

A Tabela 2 contém os dados das contas do balanço patrimonial de 3 anos, necessários para demonstrar a aplicação dos indicadores apresentados neste artigo, contudo, através da Tabela 1 com as fórmulas é possível obter os resultados apresentados na Tabela 3.

⁸ Dados Hipotéticos - *que não se pode saber com toda a certeza*

⁹ Capitais de terceiros é a soma do passivo circulante e o exigível a longo prazo.

TABELA 3 – TABELA COM OS RESULTADOS (CALCULADOS) DOS INDICADORES A PARTIR DOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS DA EMPRESA X PARA O ANO DE 2018, 2019 e 2020.

INDICADORES	2018	2019	2020
LIQUIDEZ			
Imediata	2,21	2,09	2,20
Corrente	2,29	2,15	2,25
Seca	2,27	2,14	2,24
Geral	1,40	1,33	1,34
ENDIVIDAMENTO			
Grau do endividamento	153%	168%	154%
Composição do endividamento	59%	59%	48%
RENTABILIDADE			
Prazo de retorno investimento	-19,55	4,64	49,52
INDICADORES COMPLEMENTARES			
LUCRATIVIDADE			
Margem de lucro liquido	-70%	2,56%	0,28%
Margem de lucro bruto	17%	27%	23%

Fonte: elabora pelos autores

Através dos resultados obtidos e a respeito da liquidez, a empresa X demonstra uma excelente capacidade de pagamento de suas dívidas, seja curtíssimo ou longo prazo. Os indicadores de liquidez propõem que os resultados são satisfatórios quando estão acima de 1, sendo que a abaixo de 1, demonstra preocupação em relação a honrar com seus compromissos.

Por outro lado, o indicador Grau de Endividamento demonstra que a Empresa X está com seu orçamento bem comprometido e que precisa ligar o sinal de alerta. CALIXTO (2020), ressalta que que existem dívidas que são necessárias e até positivas para a empresa obter capital para algum objetivo, mas há dívidas que podem levar a empresa à falência.

Para CALIXTO (2020), algumas atitudes se fazem necessárias ao se chegar neste ponto de Endividamento. Sendo, parar de contrair mais dívidas, fazer um levantamento de todas as dívidas, custos e receitas, bem como e necessário nesta situação, negociar o aumento de prazos para quitação das dívidas, além de buscar outras instituições com melhores condições, com juros menores.

Em relação ao Prazo de retorno do investimento, é notório um valor negativo no ano de 2018, CAPITALNOW (2020), esclarece que o sinal negativo é devido a um período em que a empresa teve prejuízo. Nos anos seguintes, houve aumento

considerável neste indicador, sendo que em 2020, o alto índice demonstrado para obter o retorno pode ser explicado pelas elevadas condições de endividamento da empresa.

Quanto aos indicadores de margem de lucros propostos neste artigo, observa-se a coerência nos resultados calculados. Em 2018 um valor negativo, devido ao prejuízo neste período, e um percentual baixíssimo de lucro líquido nos períodos posteriores.

Neste cenário, a Empresa X por ser uma prestadora de serviços, possui uma margem de lucro bruto dentro do aceitável para o tipo de atividade que trabalha. De acordo com ANDRADE (2021), há estudos de especialistas afirmando que para as empresas de serviços, o ideal é trabalhar com uma margem a partir de 20%.

3 METODOLOGIA

Esse artigo é uma revisão da literatura e uma pesquisa exploratória dedutiva. Este estudo expõe a importância do uso das ferramentas adequadas a processo de gestão para que, assim, as pequenas médias empresas possam superar os desafios e estarem dispostas para as novas oportunidades que o mercado nacional propõe. A pesquisa foi executada por meio de aplicação de pesquisa de campo em uma amostragem de pequenos e médios comércios e prestadores de serviço no município de Aracruz.

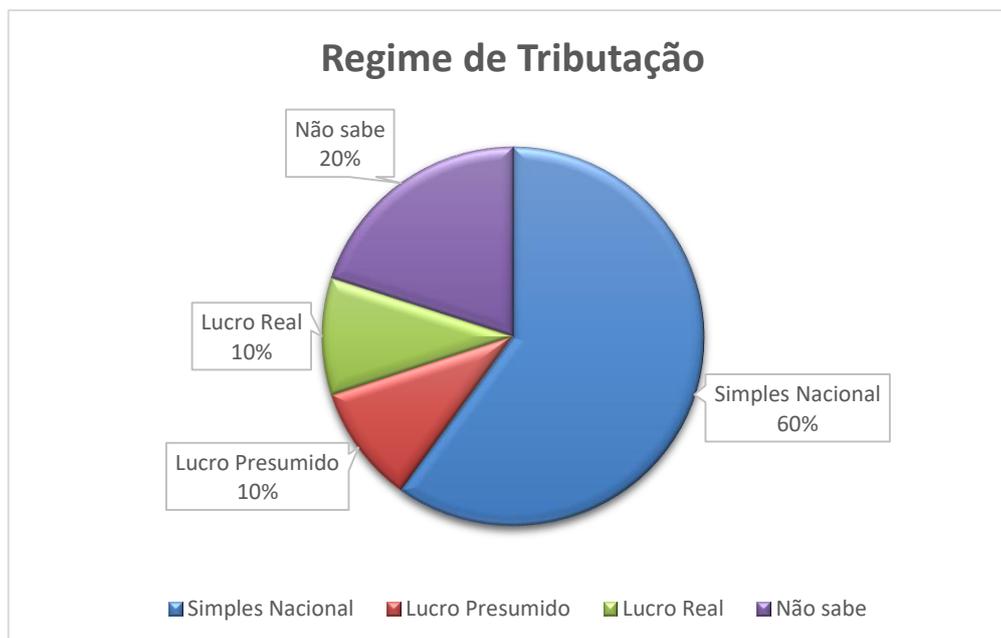
Nas considerações finais, conforme as demonstrações exigidas pela NBC TG 1000, foi realizado uma análise com as demonstrações utilizadas por gestores administrativos no processo de gerenciamento das pequenas e médias empresas. Este artigo baseia-se em 10 Pequenas Médias Empresas, lembrando que na região de Aracruz – ES, residente 479 Pequenas Empresas e 390 Médias Empresas, de acordo com o SEBRAE (2021).

Passamos por um período de pandemia, isso dificultando ainda mais a pesquisa, utilizando todas as orientações da OMS, seguimos com a pesquisa de campo, entrevistando apenas 10 empresas, e obtendo excelência nos números, e explicando a real situação dos pequenos e médios empreendedores na nossa cidade.

Estudos de caso

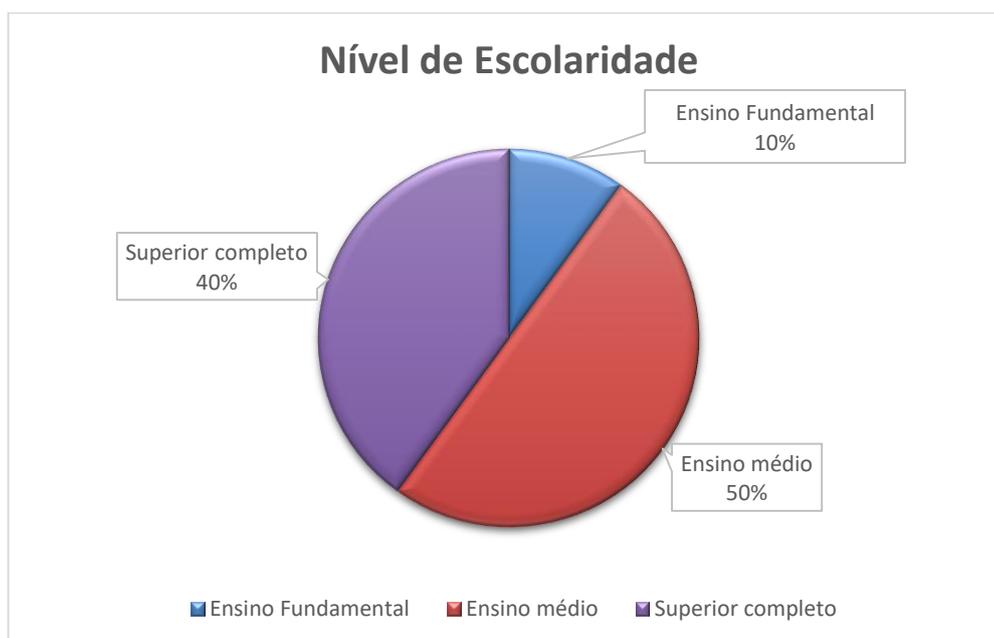
Devido a pandemia, e o tempo reduzido para o fechamento desse artigo, decidimos entrevistar um número reduzido de empresas, porém, com variedade nos setores e regimes abordados, para que de forma bem reduzida tivéssemos uma experiência com segmentos diferentes.

Conforme pesquisa realizada na Cidade de Aracruz, observamos que dentro da amostragem trabalhada, alcançamos um maior percentual de empresas que se enquadram no regime simples nacional, sendo 60% conforme gráfico 1.

Gráfico 1 – Regime de tributação das empresas da realização da pesquisa.

Fonte: Dados da pesquisa

Através do gráfico 2 podemos analisar o grau de escolaridade dos gestores, assim vendo que nem todos possuem ensino superior, reforçando o uso da intuição na tomada de decisão, tendo 40% de formados em ensino superior, 50% em ensino médio e 10% em ensino fundamental.

Gráfico 2 – Nível de Escolaridade dos entrevistados na pesquisa.

Fonte: dados da pesquisa

Neste gráfico 3 analisamos que 70% fizeram cursos pra auxiliarem na gestão da empresa, mesmo não sendo os 100% como o esperado, isso demonstra a necessidade de conhecimento para administrar um negócio, conhecimento com a prática nos leva à perfeição, em probabilidade temos uma análise que quem fez cursos para os auxiliarem na tomada de decisão terá uma maior chance de sucesso do que os 30% que não fizeram.

Gráfico 3 – Quanto a Realizado de algum curso para melhorar o processo de gestão



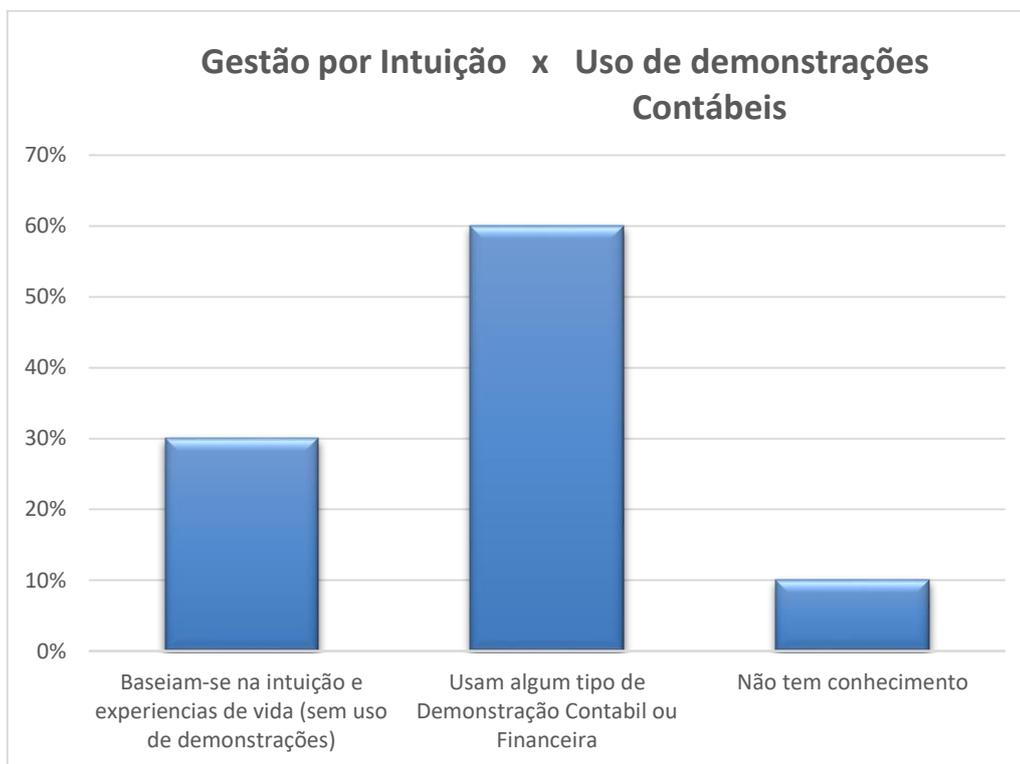
Fonte: dados da pesquisa

O profissional contador é um grande avaliador de risco e criador de estratégias para a condução de menor carga tributária e cautelar de problemas fiscais, além de proporcionar o levantamento de informações que servirá de embasamento para tomada de decisão, por esse motivo, ao perguntar se a empresa contratou algum escritório de contábil, todos entrevistados responderam que sim.

No gráfico 4 vemos que a intuição segue presente sem nenhum uso das demonstrações contábeis em 30% dos entrevistados, lembrando que o poder intuitivo existe e é utilizado por muitos grandes gestores, porém junto a intuição

temos de colocar em planejamento financeiro, para ver se a intuição tem um bom futuro ou não, já 60% usam as demonstrações como o aliado ao processo de decisão, assim tendo uma forma concreta de agir, seguidos de 10 % que não tem nem conhecimento de demonstrações contábeis, assim não tendo preparação para as informalidades do mercado.

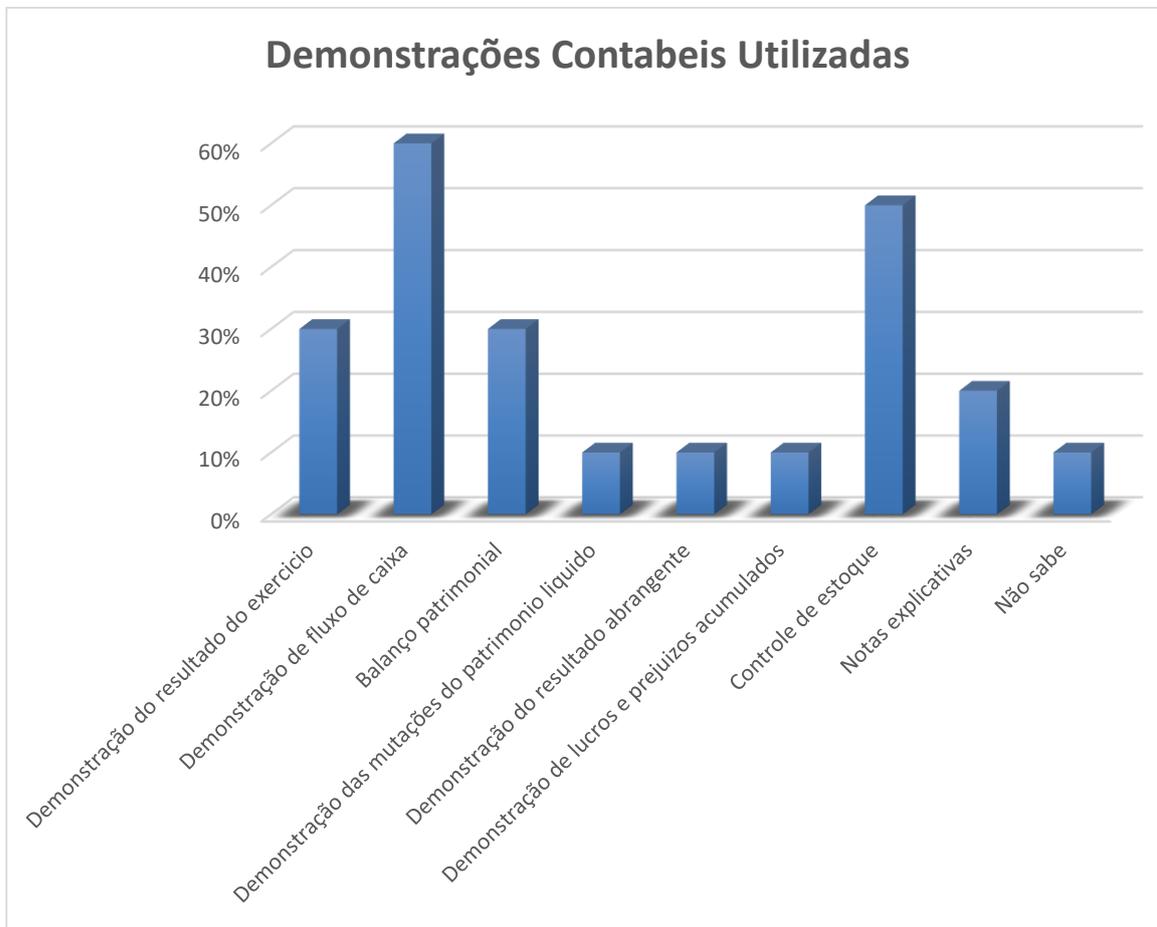
Gráfico 4 – Gráfico sobre a gestão por intuição ou com uso de demonstrações contábeis.



Fonte: dados da pesquisa

Neste gráfico 5 notamos que a maioria utiliza o fluxo de caixa e controle de estoque no seu processo de gestão, sendo os sistemas mais utilizados nas pequenas e médias empresas, por ser uma técnica mais simples.

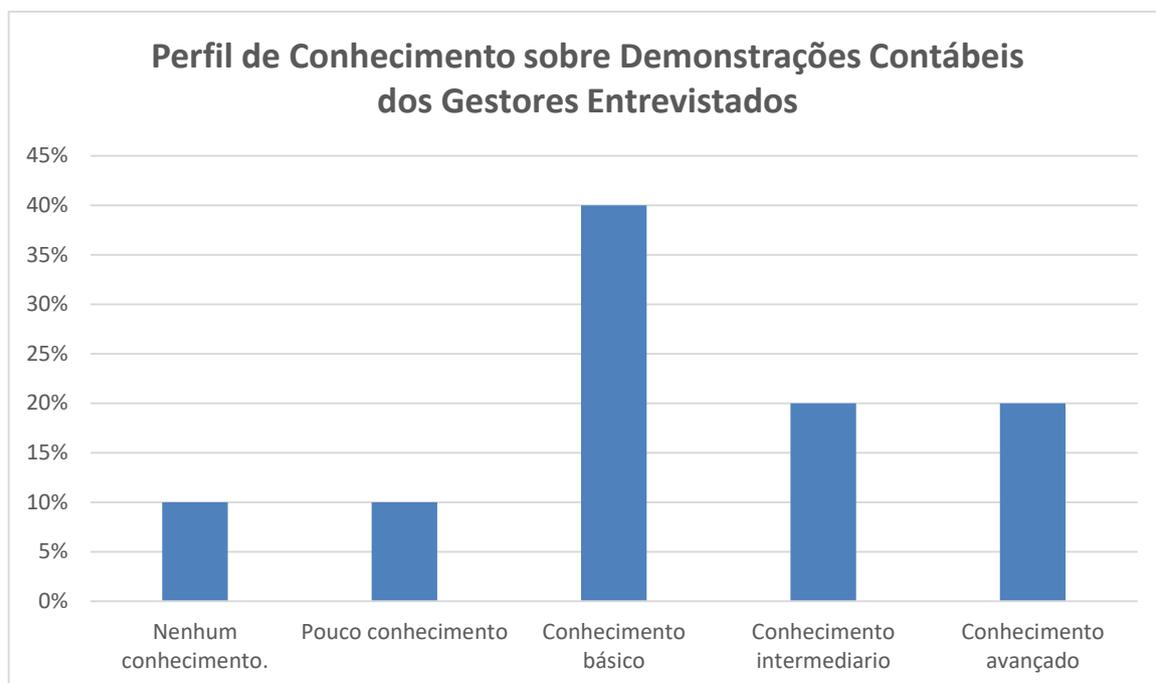
Gráfico 5 – Gráfico sobre as demonstrações contábeis utilizadas pelos gestores.



Fonte: dados da pesquisa

No Gráfico 6, fica evidente que dos 100% dos entrevistados, 40% possui conhecimento básico, não sabendo analisar as demonstrações ou até mesmo não sabendo o que são tais demonstrações. Isso se torna preocupante pois ter conhecimento contábil é fundamental para conduzir futuras decisões.

Gráfico 6 – Gráfico sobre o perfil de conhecimento das demonstrações contábeis.



Fonte: Dados da pesquisa

Mostrar como as demonstrações contábeis poderão ser utilizadas como ferramentas estratégicas para a tomadas de decisão dos gestores de Pequenas e Médias empresas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos observados nesse presente artigo, podemos considerar que apuração e análise correta das demonstrações contábeis, podem interferir diretamente as tomadas de decisões de seus respectivos gestores, uma vez que os relatórios contábeis apresentados, permitem obter informações das condições financeiras, da rentabilidade e da liquidez.

A pesquisa de campo realizada demonstrou que, principalmente em pequenas e médias empresas, há gestores que tem formação superior, sendo somente 40%, o restante sendo ensino fundamental e médio, correspondendo a 60%, acordo com a pesquisa de campo realizada. Visando a dificuldade da interpretação das demonstrações contábeis, esses gestores não estão totalmente preparados para superar desafios que surgirem no mercado, e terão dificuldade na tomada de decisão.

Em contrapartida, a pesquisa apontou um grande número de gestores que não possuem ensino superior, isso não quer dizer que seus negócios estão condenados a falência, pois esses contam com o auxílio de contadores externos os auxiliando nas tomadas de decisões, pois as demonstrações contábeis são fundamentais para demonstrar a real situação da empresa.

Em virtude das premissas abordadas neste presente artigo, consideramos atingido o objetivo do estudo, na qual, se propôs em indicar como as demonstrações contábeis podem auxiliar os gestores de Pequenas e Médias Empresas nas tomadas de decisão. Porém, ressaltamos a importância da realização da pesquisa com um número maior de empresas, diversificando os diversos regimes de tributação e ramos de atividade, bem como, o foco nos administradores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aleixo, Carolina Ferreira. Qual a diferença entre margem bruta, líquida e de contribuição? BCN Treinamentos, 2017. Disponível em: <<https://blog.bcntreinamentos.com.br/qual-a-diferenca-entre-margem-bruta-liquida-e-de-contribuicao/>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

ANDRADE, Márcio Roberto. **Saiba como calcular a margem de lucro de um produto e da empresa. Conta Azul**, 2021. Disponível em: <<https://blog.contaazul.com/saiba-como-calculer-a-margem-de-lucro-de-um-produto-e-da-empresa>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

CALIXTO, Felipe. **Como calcular o grau de endividamento da minha empresa?**. Maqplan, 2020. Disponível em: <<https://maqplan.com.br/blog/negocios/como-calculer-o-grau-de-endividamento-da-minha-empresa/>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

Características Qualitativas da Informação Contábil para Pequenas Empresas - inclusive Simples Nacional, São Paulo, 19/10/2017. Disponível em: <<https://www.contabeis.com.br/artigos/4271/caracteristicas-qualitativas-da-informacao-contabil-para-pequenas-empresas-inclusive-simples-nacional/>> . Acesso em: 18 mai. 2021.

Folador, Manoela. **O que é e como aumentar o ticket médio na sua empresa.** Resultados Digitais, 2019. Disponível em: <<https://resultadosdigitais.com.br/blog/ticket-medio/>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

Fundação instituto de Administração. **PME: o que são, como administrar e estratégias de sucesso**, 2018. Disponível em: <<https://fia.com.br/blog/pme/>>. Acesso em: 19 mai. 2021.

Jusbrasil. **Especial IFRS PME: quais empresas estão enquadradas**, 2010. Disponível em: <<https://crc-se.jusbrasil.com.br/noticias/2155692/especial-ifrs-pme-quais-empresas-estao-enquadradas>>. Acesso em: 18 mai. 2021.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 8ª Edição. São Paulo: Atlas, 2019.

MARTINS, Gilberto Andrade; LINTZ, Alexandre. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Planalto. **LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006**, 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 19 mai. 2021.

Ramos, Gislene. **Lucratividade e rentabilidade: você conhece os índices de sua empresa?** Administradores.com, 2015. Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/lucratividade-e-rentabilidade-voce-conhece-os-indices-de-sua-empresa>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

Reis, Tiago. **PMEs: o que são as pequenas e médias empresas e qual é a sua importância?** Suno, 2019. Disponível em: <<https://www.suno.com.br/artigos/pmes/#:~:text=PMEs%20s%C3%A3o%20as%20pequenas%20e,e%20tenham%20uma%20estrutura%20enxuta>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

REIS, Tiago; **DLPA: o que é a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados?** Disponível em: <<https://www.suno.com.br/artigos/dlpa/>>. Acesso em: 16 mai. 2021.

ROI NEGATIVO: O QUE É E IMPORTÂNCIA PARA O INVESTIDOR. Catipalnow, 2020. Disponível em: <<https://www.capitalresearch.com.br/blog/investimentos/roi-negativo/>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SCHULTZ, Felix; **Balanco Patrimonial: O que é, para que serve e como elaborar.** Disponível em: <<https://blog.bomcontrole.com.br/balanco-patrimonial/>>. Acesso em: 16 mai. 2021.

SEBRAE. **Prazo de Retorno do Investimento (PRI)**, 2018. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/prazo-de-retorno-do-investimento-pri,90da5415e6433410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis.** 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2019.

TORRES, Vitor; **O que é DRE na Contabilidade? Como Fazer e qual sua Importância no Sucesso de uma Empresa?** Disponível em: <<https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/o-que-e-dre-para-que-serve/>>. Acesso em: 16 mai. 2021.

ZANLUCA, Júlio César. **Demonstração Do Valor Adicionado – Dva.** Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/demonstracaodovalor.htm>>. Acesso em: 16 mai. 2021.

ANEXOS

Balço patrimonial da empresa X dos respectivos anos.

		Ativo		
		2018	2019	2020
CIRCULANTE				
Caixa e equivalente de caixa	R\$	4.547,65	R\$ 41.997,07	R\$ 59.424,92
Clientes contas a receber	R\$	150.774,32	R\$ 68.891,98	R\$ 38.478,32
Serviços realizados a faturar	R\$	42.841,32	R\$ 50.470,88	R\$ 20.655,84
Estoques	R\$	1.586,70	R\$ 731,64	R\$ 473,12
Impostos a recuperar	R\$	2.022,92	R\$ 32,82	R\$ 155,63
Crédito PIS/COFINS	R\$	1.443,04	R\$ 802,32	R\$ 347,27
Devedores diversos	R\$	787,71	R\$ 555,01	R\$ 830,61
Ativos de Contratos	R\$	1.155,51	R\$ 2.285,60	R\$ 448,52
Despesas do exercício seguinte	R\$	350,87	R\$ 335,93	R\$ 522,12
	R\$	205.510,04	R\$ 166.103,25	R\$ 121.336,35
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo	R\$	6.167,55	R\$ 6.740,97	R\$ 27.793,10
Investimentos	R\$	313,31	R\$ 313,31	R\$ 313,31
Imobilizado	R\$	35.984,27	R\$ 30.216,58	R\$ 32.094,13
Intangível	R\$	2.995,24	R\$ 4.344,74	R\$ 2.928,62
	R\$	45.460,37	R\$ 41.615,60	R\$ 63.129,16
TOTAL DO ATIVO	R\$	250.970,41	R\$ 207.718,85	R\$ 184.465,51

Passivo

	2018	2019	2020
CIRCULANTE			
Fornecedores	R\$ 38.425,45	R\$ 11.895,30	R\$ 10.440,59
Obrigações sociais e trabalhistas	R\$ 23.040,83	R\$ 23.386,33	R\$ 19.269,15
Obrigações Fiscais	R\$ 3.156,59	R\$ 23.061,50	R\$ 3.930,89
Provisão de férias	R\$ 14.933,01	R\$ 12.892,06	R\$ 13.438,28
Passivo atuarial			
Libertas	R\$ 9.033,83	R\$ 5.086,61	R\$ 5.351,01
Demais contas a pagar	R\$ 1.162,91	R\$ 989,68	R\$ 1.423,27
	R\$ 89.752,62	R\$ 77.311,48	R\$ 53.853,19
NÃO CIRCULANTE			
Passivo atuarial			
Libertas	R\$ 36.703,19	R\$ 18.288,06	R\$ 15.190,66
Provisão p/IRPJ e CSLL diferidos	R\$ 5.292,15	R\$ 9.853,35	R\$ 11.234,86
Obrigações diversas	R\$ 4.914,36	R\$ -	R\$ 425,35
Benefício Pós-Emprego	R\$ 5.173,17	R\$ 16.348,50	R\$ 20.424,44
Provisão para processos judiciais	R\$ 9.899,89	R\$ 8.426,77	R\$ 7.097,96
Parcelamento			
IRPJ/CSLL	R\$ -	R\$ -	R\$ 3.472,32
	R\$ 61.982,76	R\$ 52.916,68	R\$ 57.845,59
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social realizado	R\$ 97.540,24	R\$ 97.540,24	R\$ 97.540,24
Ajuste avaliação atuarial	R\$ 1.191,72	-R\$ 13.683,38	-R\$ 19.144,02
Reserva de reavaliação	R\$ 10.321,83	R\$ 10.295,44	R\$ 10.269,04
Prejuízo Acumulado	-R\$ 9.818,76	-R\$ 16.661,61	-R\$ 15.898,53
	R\$ 99.235,03	R\$ 77.490,69	R\$ 72.766,73
TOTAL DO PASSIVO	R\$ 250.970,41	R\$ 207.718,85	R\$ 184.465,51

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício da empresa do respectivos anos.

DRE	2020	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Prestação de serviços	R\$ 262.253,63	R\$ 299.687,15	R\$ 297.833,15
Descontos concedidos	-R\$ 14.220,75	-R\$ 966,17	R\$ -
Vendas canceladas	-R\$ 127,84	-R\$ 1.350,19	-R\$ 757,23
Impostos incidentes	-R\$ 35.769,99	-R\$ 42.090,33	-R\$ 44.164,17
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	R\$ 212.135,05	R\$ 255.280,46	R\$ 252.911,75
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	R\$ 152.964,87	R\$ 172.473,37	-R\$ 201.084,38
LUCRO BRUTO	R\$ 59.170,18	R\$ 82.807,09	R\$ 51.827,37
DESPESAS/ RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas administrativas e gerais	-R\$ 35.720,74	-R\$ 40.895,12	-R\$ 48.939,80
Despesas financeiras	-R\$ 2.819,38	-R\$ 4.835,51	-R\$ 9.265,02
Receitas financeiras	R\$ 1.323,05	R\$ 1.657,32	R\$ 2.431,17
Reversão da provisão para processos judiciais	R\$ 1.328,82	R\$ 1.473,12	-R\$ 1.644,70
Despesas tributárias	-R\$ 153,30	-R\$ 445,62	-R\$ 1.064,76
PECLD	-R\$ 13.390,30	-R\$ 33.414,90	R\$ 533,94
Perdas s/ faturas	-R\$ 530,18	-R\$ 47,15	R\$ 192,24
Outras receitas/despesas operacionais	R\$ 70,24	R\$ 16.648,25	R\$ 4.257,63
	-R\$ 49.891,79	-R\$ 59.859,61	-R\$ 53.499,30
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	R\$ 9.278,39	R\$ 22.947,48	-R\$ 1.671,93
Provisão IRPJ diferido	-R\$ 6,82	-R\$ 569,98	R\$ -
Provisão CSLL diferida	-R\$ 2,45	-R\$ 205,19	R\$ -
Imposto de Renda	-R\$ 6.169,20	-R\$ 10.410,05	R\$ 253,95
Contribuição Social	-R\$ 2.376,78	-R\$ 4.085,69	R\$ 164,64
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	R\$ 723,14	R\$ 7.676,57	-R\$ 2.090,52